



1.

**CONTRATO DE FINANCIAMENTO
MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº
00.2.332.3.1, QUE ENTRE SI FAZEM O
BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL - BNDES E O ESTADO DO RIO
DE JANEIRO, COM INTERVENIÊNCIA
DE TERCEIROS, NA FORMA ABAIXO:**

O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, neste ato denominado simplesmente BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados;

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, doravante denominado BENEFICIÁRIO, com sede administrativa na Rua Pinheiro Machado s/nº, Palácio Guanabara 2º andar, Laranjeiras, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.498.600/0001-71, por seus representantes abaixo assinados; e, comparecendo, ainda, como INTERVENIENTE:

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - METRO/RJ, doravante denominado INTERVENIENTE, sociedade de economia mista, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Av. N. S. de Copacabana, nº 493, inscrita no CNPJ sob o nº 33.890.294/0001-23, por seus representantes abaixo assinados;

têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

Paulo Roberto Carneiro
Advogado

MTRJ7AD3.DOC
13/03/01 15:20

6.

Adriana Diniz de Vasconcellos Guerra
Advogada

PRIMEIRA

NATUREZA, VALOR E
FINALIDADE DO CONTRATO

O BNDES abre ao BENEFICIÁRIO, por este Contrato, um crédito no valor de R\$ 222.823.210,00 (duzentos e vinte e dois

milhões, oitocentos e vinte e três mil e duzentos e dez reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, destinado à conclusão do Programa de Recuperação Operacional do transporte público metroviário, implantação do trecho Arcoverde-Siqueira Campos e da estação Siqueira Campos e à realização de pesquisa origem e destino para a região metropolitana do Rio de Janeiro, dividido em 3 (três) subcréditos, com valor e destinação conforme abaixo:

- I - Subcrédito A: R\$23.903.230,00 (vinte e três milhões, novecentos e três mil e duzentos e trinta reais), destinado, em complemento aos saldos existentes nos Contratos de Financiamento nº 96.2.078.3.2, 97.2.214.3.1 e 97.2.214.3.2, celebrados entre o BNDES e o BENEFICIÁRIO, em 24.07.97, à conclusão do Programa de Recuperação Operacional do transporte público metroviário do Rio de Janeiro;
- II - Subcrédito B: R\$177.449.640,00 (cento e setenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e seiscentos e quarenta reais), destinado às obras civis e serviços referentes à implantação do trecho Arcoverde - Siqueira Campos e da estação Siqueira Campos e à realização da pesquisa de origem e destino para a região metropolitana do Rio de Janeiro; e
- III - Subcrédito C: R\$21.470.340,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e setenta mil e trezentos e quarenta reais), destinado à aquisição de 1 (um) trem de seis carros de metrô e de outros equipamentos referentes à implantação do trecho Arcoverde - Siqueira Campos e da estação Siqueira Campos.

SEGUNDA

DISPONIBILIDADE DO CRÉDITO

O crédito será posto à disposição do BENEFICIÁRIO, parceladamente, depois

de cumpridas as condições suspensivas de utilização referidas na Cláusula Décima Primeira, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitada a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional, bem como às normas disciplinadoras de crédito aos órgãos e às entidades do setor público, emanadas das autoridades competentes.


Adriana Duiz de Vasconcellos Guerra
Advogada

6.



PARÁGRAFO ÚNICO

O valor de cada parcela do crédito a ser colocada à disposição do BENEFICIÁRIO será calculado de acordo com o critério estabelecido na lei instituidora da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para a determinação dos saldos devedores dos financiamentos contratados pelo Sistema BNDES até 30 de novembro de 1994.

TERCEIRA

JUROS

Sobre o principal da dívida do BENEFICIÁRIO incidirão juros de 5% (cinco por cento) ao ano (a título de "spread"), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observada a seguinte sistemática:

I - Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano:

- a) O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência deste Contrato e no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto na Cláusula Décima Sexta, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1$$
 (termo de capitalização igual a, abre colchete, razão entre a TJLP acrescida da unidade, e um inteiro e seis centésimos, fecha colchete, elevado à potência correspondente à razão entre "n" e trezentos e sessenta, deduzindo-se de tal resultado a unidade), sendo:

TC - termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor deste Contrato.

- b) O percentual de 5 % (cinco por cento) ao ano acima da TJLP ("spread"), referido no "caput" desta Cláusula, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade

Q 6.11 A

dos juros mencionadas no Parágrafo Segundo ou na data de vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na alínea "a", e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

II - Quando a TJLP for Igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano:

O percentual de 5% (cinco por cento) ao ano acima da TJLP ("spread"), referido no "caput" desta Cláusula, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no Parágrafo Segundo ou na data de vencimento ou liquidação deste Contrato, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O montante referido no inciso I, alínea "a", que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida de cada subcrédito,

será exigível nos termos da Cláusula Sexta.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O montante apurado nos termos do inciso I, alínea "b", ou do inciso II será exigível trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos

meses de abril, julho, outubro e janeiro de cada ano, no período compreendido entre 15 de abril de 2001 e 15 de outubro de 2004, e mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2004, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Décima Sexta.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Se forem utilizados recursos originários do Fundo de Participação PIS/PASEP, de

que trata a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, considerar-se-ão, desde já, abrangidas nos juros estipulados no "caput" desta Cláusula as comissões remuneratórias devidas, na forma da legislação pertinente ao aludido Fundo.

QUARTA

COMISSÃO DE RESERVA DE CRÉDITO

O BENEFICIÁRIO pagará ao BNDES uma comissão de reserva de crédito de 0,1%

(um décimo por cento), cobrável por período de 30 (trinta) dias, ou fração, e incidente sobre:

- I - o saldo não utilizado de cada parcela do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data da utilização, quando será exigível o seu pagamento; e

A

6. .

Q

- II - o saldo não utilizado do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data do cancelamento, efetuado a pedido do BENEFICIÁRIO, ou por iniciativa do BNDES, e cujo pagamento será exigível na data do pedido, ou da decisão do BNDES, conforme o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO

A incidência da comissão a que se referem os incisos I e II, retromencionados, ocorrerá no caso de fixação de esquema de disponibilidade de recursos.

QUINTA

PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA

A cobrança do principal e encargos será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo BNDES, com antecedência, para o BENEFICIÁRIO liquidar aquelas obrigações nas datas de seus vencimentos.

PARÁGRAFO ÚNICO

O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá o BENEFICIÁRIO da obrigação de pagar as prestações de principal e os encargos nas datas estabelecidas neste Contrato.

SEXTA

AMORTIZAÇÃO

O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES em 138 (cento e trinta e oito) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de novembro de 2004, observado o disposto na Cláusula Décima Sexta, comprometendo-se o BENEFICIÁRIO a liquidar com a última prestação, em 15 (quinze) de abril de 2016, todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

SÉTIMA

GARANTIA – RESERVA DOS MEIOS DE PAGAMENTO

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional e multa, o BENEFICIÁRIO, devidamente autorizado



6. . .

pela Lei nº 3456, de 28 de agosto de 2000, alterada pela Lei nº 3.539, de 12 de março de 2001, vincula em garantia, em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, observado o disposto no parágrafo primeiro desta Cláusula, parcelas ou quotas-partes do Fundo de Participação dos Estados - FPE, nos termos do artigo 159, inciso I, alínea "a" da Constituição Federal, bem como parcelas do produto da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI EXPORTAÇÃO, destinadas ao beneficiário nos termos do artigo 159, inciso II, da

Constituição Federal, ou de outros recursos que, com idêntica finalidade, vierem a substituí-los, no valor correspondente ao das prestações de amortização do principal e acessórios vencíveis em cada período, a partir desta data e até final liquidação de todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para os fins do disposto nesta cláusula, o **BENEFICIÁRIO** obriga-se a encaminhar

ao Banco do Brasil / Agência Governo, na cidade do Rio de Janeiro, depositário dos recursos vinculados, ou a depositário que venha a suceder-lhe, mediante ofício exarado nos termos do Anexo I deste Contrato, ou por qualquer outro instrumento eventualmente exigido, autorização específica para que o depositário retenha, à conta e ordem do BNDES, as parcelas ou quotas-partes do Fundo de Participação dos Estados - FPE e as parcelas do produto da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI EXPORTAÇÃO que forem necessárias ao pagamento das prestações de amortização do principal e dos acessórios da dívida contraída, nos montantes e prazos estipulados neste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de insuficiência dos recursos vinculados nos termos do "caput" desta

Cláusula, a serem retidos conforme o disposto no parágrafo anterior, o **BENEFICIÁRIO** deverá pagar diretamente ao BNDES, nas datas dos respectivos vencimentos, as obrigações financeiras decorrentes deste Contrato, ou, a partir da aceitação expressa do BNDES, vincular outros recursos para assegurar o pontual e integral pagamento das referidas obrigações.

QITAVA

ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL DE REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS ORIGINÁRIOS DO FUNDO PIS/PASEP E DO FAT

Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo de Participação PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao

Trabalhador - FAT, a remuneração prevista na Cláusula Terceira poderá, a critério do BNDES, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES, que, além de preservar o valor real da operação, a remunere nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES comunicará a alteração, por escrito, ao **BENEFICIÁRIO**.

NONAOBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO
BENEFICIÁRIO

Obriga-se o BENEFICIÁRIO a:

- I - cumprir, no que couber, até final liquidação da dívida decorrente deste Contrato, as "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16 de dezembro de 1991, pela Resolução nº 863, de 11 de março de 1996, pela Resolução nº 878, de 04 de setembro de 1996, pela Resolução nº 894, de 06 de março de 1997 e pela Resolução nº 927, de 1º de abril de 1998, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29 de dezembro de 1987, 27 de dezembro de 1991, 08 de abril de 1996, 24 de setembro de 1996, 19 de março de 1997 e 15 de abril de 1998, respectivamente, cujo exemplar é entregue, neste ato, ao BENEFICIÁRIO, o qual, após tomar conhecimento de todo o conteúdo do mesmo, declara aceitá-lo como parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos;
- II - utilizar o total do crédito no prazo de até 36 (trinta e seis meses), a contar da data de assinatura deste Contrato, sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo; ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- III - apresentar ao BNDES, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da liberação da última parcela do crédito decorrente deste Contrato, a Licença de Operação do projeto ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, integrante do Sistema Nacional do Meio-Ambiente (SISNAMA) ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- IV - na hipótese de ocorrer, em função do projeto de que trata a Cláusula Primeira, redução do quadro de pessoal do BENEFICIÁRIO durante o período de vigência do presente Contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;
- V - adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira;

6..



- VI - manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência deste Contrato;
- VII - mencionar, em todo e qualquer material informativo relacionado à divulgação do projeto, a utilização de recursos originários do governo federal, inclusive com a colocação de placa no local de sua realização, conforme modelo a ser fornecido pelo BNDES;
- VIII - incluir, a partir da assinatura deste contrato, inclusive em cada exercício financeiro, em suas propostas de orçamento anual e plurianual de investimentos, as parcelas ou quotas-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE, bem como as dotações ou as parcelas do produto da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI EXPORTAÇÃO, destinados ao BENEFICIÁRIO, no montante necessário ao pagamento de principal e encargos decorrentes da operação.
- IX - incluir, até final liquidação de todas as obrigações oriundas deste contrato, em suas propostas de orçamento anual e plurianual de investimentos, as dotações destinadas à execução do projeto a que se refere a Cláusula Primeira, em montante mínimo capaz de assegurar o aporte dos recursos de contrapartida necessários à realização do projeto mencionado;
- X - vincular, em caso de insuficiência dos recursos previstos na Cláusula Sétima, mediante prévia aceitação do BNDES, outros recursos necessários a assegurar o integral pagamento das obrigações financeiras decorrentes deste Contrato, a serem retidos conforme o disposto na Cláusula Sétima;
- XI - aportar os recursos próprios previstos para a execução do projeto financiado, nos montantes e prazos definidos no Quadro de Usos e Fontes aprovado pelo BNDES, bem como, em sua totalidade, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do orçamento global do projeto financiado;
- XII - abrir e depositar em conta corrente vinculada ao projeto a que se refere a Cláusula Primeira, os recursos a que se refere a mesma Cláusula, cuja movimentação será única e exclusivamente para atender à finalidade do projeto;
- XIII - apresentar, mensalmente, durante o período de construção, relatório físico-financeiro de andamento do projeto, fazendo constar, inclusive, a relação dos pagamentos efetuados no período, de acordo com o Quadro de Usos e Fontes, com a posição atualizada do cronograma de execução físico-financeira e principais eventos ocorridos;
- XIV - encaminhar, mensalmente, ao BNDES, Relatório referente ao volume total de empregos gerados com o projeto ora financiado;
- XV - apresentação de relatórios técnicos, pelos quais possa ser verificado a prestação, ou não, do serviço adequado no transporte público metroviário, conforme os parâmetros indicados no contrato de concessão do metrô do Estado do Rio de Janeiro, a ser elaborado pelo órgão competente para a sua fiscalização;

XVI - cumprir, no que couber, as demais normas relativas a programas de financiamento para aquisição de equipamentos que venham a ser eventualmente estabelecidas pela FINAME, durante a vigência deste contrato;

XVII - concluir o Programa de Recuperação Operacional do transporte público metroviário a que se refere a Cláusula Primeira no prazo de 1 (um) ano, a contar da assinatura deste Contrato.

DÉCIMA

OBRIGAÇÃO DO INTERVENIENTE:

O Interveniante COMPANHIA DO METROPOLITANO DO ESTADO DO RIO

DE JANEIRO – METRO/RJ, qualificado no preâmbulo deste Contrato, obriga-se a manter, durante a execução do projeto a que se refere a Cláusula Primeira, o Grupo de Gerenciamento criado por força do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 96.2.078.3.1, de 01.04.96, e previsto nos Contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 96.2.078.3.2, 97.2.214.3.1 e 97.2.214.3.2, de 24.07.97, todos celebrados entre o BNDES e o BENEFICIÁRIO, objetivando a administração e execução dos atos necessários à consecução e acompanhamento do aludido projeto.

DÉCIMA PRIMEIRA:

CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO

A utilização do crédito, além do cumprimento, no que couber, das condições previstas nos artigos 5º e 6º

das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES" retromencionadas, e das estabelecidas nas "NORMAS E INSTRUÇÕES DE ACOMPANHAMENTO", a que se refere o artigo 2º das mesmas "DISPOSIÇÕES", fica sujeita ao atendimento das seguintes:

I - para utilização da primeira parcela do crédito:

- a) comprovação do recebimento, pela entidade destinatária, do documento previsto no parágrafo primeiro da Cláusula Sétima;
- b) abertura, pelo BENEFICIÁRIO, de conta corrente junto ao BNDES, bem como da conta corrente vinculada ao projeto, prevista no inciso XII, da Cláusula Nona;
- c) comprovação da implantação da instalação provisória do 19º Batalhão da Polícia Militar, até então localizado na área do terminal Siqueira Campos; e

- d) comprovação de terem sido realizados atos necessários para o efetivo controle e fiscalização do serviço de transporte público metroviário do Estado do Rio de Janeiro.

II - Para utilização de cada parcela de todos os Subcréditos:

- a) inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do BNDES, possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES;
- b) apresentação, pelo BENEFICIÁRIO, de Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por meio da INTERNET, a ser extraída pelo BENEFICIÁRIO e verificada pelo BNDES no endereço www.mpas.gov.br; e
- c) cumprimento da obrigação estabelecida no inciso VII da Cláusula Nona deste Contrato.

III - Para utilização da primeira parcela do Subcrédito "B": comprovação de terem sido efetuados aportes de contrapartida no valor de R\$24.460.020,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil e vinte reais).

IV - Para utilização de recursos do Subcrédito "B" acima de 20% (vinte por cento) de seu valor total:

- a) apresentação do relatório técnico a que se refere o inciso XV da Cláusula Nona;
- b) comprovação do lançamento do edital de licitação, mediante publicação em Diário Oficial, para a contratação dos serviços de elaboração de pesquisa de origem e destino, abrangendo a região metropolitana do Rio de Janeiro; e
- c) apresentação do projeto executivo das obras referentes às instalações do 19º Batalhão de Polícia Militar.

V - Para utilização de recursos do Subcrédito "B" acima de 50% (cinquenta por cento) de seu valor total:

- a) comprovação da efetiva implantação do Programa de Recuperação Operacional;
- b) comprovação, mediante parecer técnico a que se refere o inciso XV da Cláusula Nona, da prestação do serviço adequado, por parte da Concessionária, conforme previsto no contrato de concessão, ou, no caso do referido parecer concluir pela

prestação inadequada do serviço, informar quais as ações a serem tomadas para o reestabelecimento da prestação do serviço na forma pactuada no contrato de concessão; e

- c) comprovar a implantação das instalações definitivas do Posto de Saúde Municipal, hoje provisoriamente instalado na Praça Serzedelo Correia.

VI - Para utilização de recursos dos Subcréditos "B" acima de 80% (oitenta por cento) de seu valor total:

- a) comprovação da realização de ações técnicas e institucionais que garantam a implantação das linhas alimentadoras do Sistema, conforme projeto Metrô-Bus, compreendendo a Integração física, operacional e tarifária entre ônibus e metrô;
- b) apresentação da Revisão do Plano de Transportes Para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro que incorpore o resultado da pesquisa de origem e destino a que se refere a alínea b do inciso IV da presente Cláusula; e
- c) comprovação da entrega à Concessionária do trem de metrô adicional de 6 carros, a ser adquirido no âmbito deste financiamento.

VII - Para utilização de cada parcela do Subcrédito "C":

- a) apresentação ao BNDES das propostas técnica e comercial dos equipamentos a serem financiados, a serem previamente indicados pelo BNDES;
- b) enquadramento, na FINAME, dos equipamentos nacionais a serem financiados e seus respectivos fabricantes;
- c) apresentação do relatório demonstrativo da aplicação dos recursos da parcela liberada imediatamente anterior, discriminando o equipamento, o fabricante, o valor, bem como outras informações que venham a ser solicitadas pelo BNDES;
- d) ter a FINAME atestado que os equipamentos adquiridos pelo BENEFICIÁRIO, constantes do relatório referido na alínea anterior, foram objeto de Certificado de Enquadramento por ela emitido, assim como terem sido cumpridas as condições previstas no dito Certificado; e
- e) revisão, pela FINAME, do Certificado de Enquadramento, na hipótese de terem ocorrido alterações na relação de equipamentos a serem financiados ou nos seus respectivos fabricantes.

DÉCIMA SEGUNDA

INADIMPLEMENTO

Na ocorrência de inadimplemento das obrigações assumidas pelo BENEFICIÁRIO e pelo Interveniente, será observado o disposto nos arts. 40 a 47 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", a que se refere a Cláusula Nona, inciso I.

DÉCIMA TERCEIRA

MULTA DE AJUIZAMENTO

Na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente deste Contrato, o BENEFICIÁRIO pagará multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e encargos da dívida, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios, devidos a partir do primeiro despacho da autoridade competente na petição de cobrança.

DÉCIMA QUARTA

LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DA DÍVIDA

Na hipótese de liquidação antecipada da dívida, serão liberadas as garantias, aplicando-se às demais obrigações o disposto no art. 18, parágrafo segundo, das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES" mencionadas na Cláusula Nona, inciso I.

DÉCIMA QUINTA

VENCIMENTO ANTECIPADO

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente este Contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES":

PARÁGRAFO ÚNICO

Na hipótese de aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira, o BNDES, sem prejuízo do disposto no "caput" desta Cláusula, comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº 7.492, de 16.06.86.

DÉCIMA SEXTA

VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS

Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados

nacionais, inclusive os bancários será, para todos os fins e efeitos deste Contrato, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos deste Contrato.

O BENEFICIÁRIO apresentou a Certidão Negativa de Débito - CND nº 000782001-17003040, expedida em 06 de fevereiro de 2001, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Adriana Diniz de Vasconcellos Guerra advogada do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 4 (quatro) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2001.

Pelo BNDES:

Francisco R. Gros
Presidente

Rômulo Martins dos Santos
Diretor Substituto

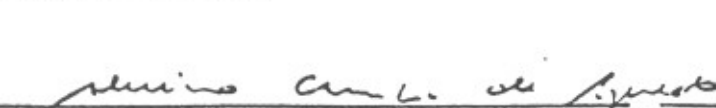
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Pelo BENEFICIÁRIO:

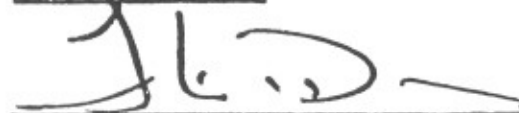
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

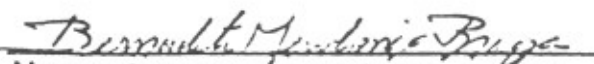
Folha de assinatura do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 00.2.332.3.1

INTERVENIENTE:


COMPANHIA DO METROPOLITANO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - METRO/RJ

TESTEMUNHAS:


Nome: Jose Luis B. Dalabella
CPF: 263962387/74


Nome: BERNADETE MENDONÇA BRAGA
CPF: 513 581 317-91



ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 00.2.332.3.1, CELEBRADO ENTRE O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM INTERVENIÊNCIA DE TERCEIROS, NA FORMA ABAIXO.

O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, neste ato denominado simplesmente BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta cidade, na Avenida República do Chile n.º 100, inscrito no CNPJ sob o n.º 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados; e

o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, doravante denominado BENEFICIÁRIO, com sede administrativa na Rua Pinheiro Machado s/nº, Palácio Guanabara 2º andar, Laranjeiras, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.498. 600/0001-71, por seus representantes abaixo assinados; e, comparecendo, ainda, como INTERVENIENTE:

- COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIOTRILHOS, sucessora da COMPANHIA DO METROPOLITANO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – METRO/RJ, doravante denominada INTERVENIENTE, sociedade de economia mista, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Av. N. S. de Copacabana, nº 493, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 33.890.294/0001-23, por seus representantes abaixo assinados;

têm entre si justo e acordado aditar o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 00.2.332.3.1, celebrado entre o BNDES e o BENEFICIÁRIO, por instrumento particular, em 16 de março de 2001, adiante designado simplesmente CONTRATO, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante, para todos os fins e efeitos de Direito, mediante as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O BNDES e o BENEFICIÁRIO resolvem modificar a Cláusula Décima Primeira do CONTRATO, que passa a vigor com a seguinte redação:

 **BNDES** FINAME
BNDESPAR
Maurício Prado
Advogado

*DÉCIMA PRIMEIRA**CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO**

A utilização do crédito, além do cumprimento, no que couber, das condições previstas nos artigos 5º e 6º

das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES" retromencionadas, e das estabelecidas nas "NORMAS E INSTRUÇÕES DE ACOMPANHAMENTO", a que se refere o artigo 2º das mesmas "DISPOSIÇÕES", fica sujeita ao atendimento das seguintes:

I - para utilização da primeira parcela do crédito:

- a) comprovação do recebimento, pela entidade destinatária, do documento previsto no parágrafo primeiro da Cláusula Sétima;
- b) abertura, pelo BENEFICIÁRIO, de conta corrente junto ao BNDES, bem como da conta corrente vinculada ao projeto, prevista no inciso XII, da Cláusula Nona;
- c) comprovação da implantação da instalação provisória do 19º Batalhão da Polícia Militar, até então localizado na área do terminal Siqueira Campos; e
- d) comprovação de terem sido realizados atos necessários para o efetivo controle e fiscalização do serviço de transporte público metroviário do Estado do Rio de Janeiro.

II - Para utilização de cada parcela de todos os Subcréditos:

- a) inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do BNDES, possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES;
- b) apresentação, pelo BENEFICIÁRIO, de Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por meio da INTERNET, a ser extraída pelo BENEFICIÁRIO e verificada pelo BNDES no endereço www.mpas.gov.br; e
- c) cumprimento da obrigação estabelecida no inciso VII da Cláusula Nona deste Contrato.

III - Para utilização da primeira parcela do Subcrédito "B": "comprovação de terem sido efetuados aportes de contrapartida no valor de R\$ 12.460.020,00 (doze milhões, quatrocentos e sessenta mil e vinte reais)".

BNDES
FINAME
BNDESPAR
Rogério Prado
Advogado

IV - Para utilização de recursos do Subcrédito "B" acima de 20% (vinte por cento) de seu valor total:

- a) apresentação do relatório técnico a que se refere o inciso XV da Cláusula Nona;
- b) comprovação do lançamento do edital de licitação, mediante publicação em Diário Oficial, para a contratação dos serviços de elaboração de pesquisa de origem e destino, abrangendo a região metropolitana do Rio de Janeiro; e
- c) apresentação do projeto executivo das obras referentes às instalações do 19º Batalhão de Polícia Militar.

V - Para utilização de recursos do Subcrédito "B" acima de 65 % (sessenta e cinco por cento) de seu valor total:

- a) comprovar o início efetivo dos itens referentes ao Programa de Recuperação Operacional, com apresentação da documentação pertinente;
- b) comprovação do lançamento do edital de licitação, mediante publicação em Diário Oficial, para a contratação dos serviços de elaboração de pesquisa de origem e destino, abrangendo a região metropolitana do Rio de Janeiro; e
- c) apresentação do projeto das obras referentes às instalações definitivas do Posto de Saúde Municipal, hoje provisoriamente instalado na Praça Serzedelo Correia.

"VI - Para utilização de recursos do Subcrédito "B" acima de 75 % (setenta e cinco por cento) de seu valor total:

- a) comprovar 15 % da execução financeira dos itens referentes ao Programa de Recuperação Operacional;
- b) comprovação da assinatura do contrato de fabricação do trem de metrô adicional de 6 carros, a ser adquirido no âmbito deste financiamento;
- c) apresentação do projeto executivo da estação Siqueira Campos, incluindo o Terminal de Integração (08 locais) com o sistema de ônibus.

VII - Para utilização de recursos do Subcrédito "B" acima de 80 % (oitenta por cento) de seu valor total:

- a) comprovação da realização de ações técnicas e institucionais que garantam a implantação das linhas alimentadoras do Sistema, conforme projeto Metrô-Bus, compreendendo a integração física, operacional e tarifária entre ônibus e metrô;
- b) apresentação da Revisão do Plano de Transportes para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro que incorpore o resultado da pesquisa de origem e destino a que se refere a alínea "b" do inciso IV da presente Cláusula;



BNDES FINAME
BNDESPAR
Município de Pratia
Advogado

- c) comprovar 30 % da execução financeira dos itens referentes ao Programa de Recuperação Operacional;
- d) comprovação da assinatura dos contratos compreendendo os itens referentes a Equipamentos e Sistemas necessários à implantação do trecho Arcoverde - Siqueira Campos e da Estação Siqueira Campos, com apresentação da documentação pertinente.

VIII - Para utilização de recursos do Subcrédito "B" acima de 85% (oitenta e cinco por cento) de seu valor total:

- a) comprovar 40% da execução financeira dos itens referentes ao Programa de Recuperação Operacional;
- b) comprovar o início efetivo dos itens referentes a Equipamentos e Sistemas necessários à implantação do trecho Arcoverde - Siqueira Campos e da Estação Siqueira Campos, com apresentação da documentação pertinente.

IX - Para utilização de recursos do Subcrédito "B" acima de 90% (noventa por cento) de seu valor total:

- a) comprovar o início efetivo da fabricação do trem de metrô adicional de seis carros, a ser adquirido no âmbito deste financiamento;
- b) comprovar 50% da execução financeira dos itens referentes ao Programa de Recuperação Operacional;
- c) comprovar 20% da execução financeira dos itens referentes a Equipamentos e Sistemas necessários à implantação do trecho Arcoverde - Siqueira Campos e da Estação Siqueira Campos.

X - Para utilização de recursos do Subcrédito "B" acima de 95% (noventa e cinco por cento) de seu valor total:

- a) comprovar 70% da execução financeira e a efetiva implantação dos itens referentes ao Programa de Recuperação Operacional;
- b) comprovar 40% da execução financeira dos itens referentes a Equipamentos e Sistemas necessários à implantação do trecho Arcoverde - Siqueira Campos e da Estação Siqueira Campos.

XI - Para utilização de cada parcela do Subcrédito "C" :

- a) apresentação ao BNDES das propostas técnica e comercial dos equipamentos a serem financiados, a serem previamente indicados pelo BNDES.

 **BNDES**
FINAME
BNDESPAR
Município Prad-
Advoga-

- b) enquadramento, na FINAME, dos equipamentos nacionais a serem financiados e seus respectivos fabricantes;
- c) apresentação do relatório demonstrativo da aplicação dos recursos da parcela liberada imediatamente anterior, discriminando o equipamento, o fabricante, o valor, bem como outras informações que venham a ser solicitadas pelo BNDES;
- d) ter a FINAME atestado que os equipamentos adquiridos pelo BENEFICIÁRIO, constantes do relatório referido na alínea anterior, foram objeto de Certificado de Enquadramento por ela emitido, assim como terem sido cumpridas as condições previstas no dito Certificado; e
- e) revisão, pela FINAME, do Certificado de Enquadramento, na hipótese de terem ocorrido alterações na relação de equipamentos a serem financiados ou nos seus respectivos fabricantes.

SEGUNDA


PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL

O BENEFICIÁRIO obriga-se a efetuar e comprovar ao BNDES, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura deste instrumento, a publicação do extrato do presente Aditivo no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Oficial da União.

TERCEIRA

RATIFICAÇÃO

São ratificados, neste ato, todos os termos, cláusulas, condições do CONTRATO nº 00.2.332.3.1, que não conflitem com o que se estabelece neste instrumento, mantidas as garantias ali convencionadas, não importando este ato em novação. sendo este Aditivo considerado como parte integrante do referido CONTRATO, como se ali transcrito fosse.



BNDES FINAME
BNDESPAR

Meurilo Prado
Advogado

O BENEFICIÁRIO apresentou a Certidão Negativa de Débito – CND nº 008132001-17003040, expedida em 08 de agosto de 2001, pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

As folhas do presente instrumento são rubricadas por Mauricio Prado, advogado do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 3 (três) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

21 SET 2001
Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2001.

Pelo BNDES:


BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
Octavio Castello Branco
Diretor


BEATRIZ AZEREDO
DIRETORA

Pelo BENEFICIÁRIO:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

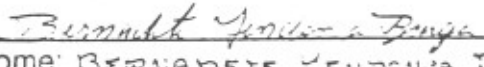
INTERVENIENTE:


COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIOTRILHOS



TESTEMUNHAS:


Nome: AIR FERREIRA
CPF: 401131597-49


Nome: BERNADETE MENDONÇA BARÃO
CPF: 513 581 317-31

ADITIVO Nº 2 AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 00.2.332.3.1, CELEBRADO ENTRE O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM INTERVENIÊNCIA DE TERCEIROS, NA FORMA ABAIXO.

O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, neste ato denominado simplesmente BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta cidade, na Avenida República do Chile n.º 100, inscrito no CNPJ sob o n.º 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados; e

o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, doravante denominado BENEFICIÁRIO, com sede administrativa na Rua Pinheiro Machado s/nº, Palácio Guanabara, Laranjeiras, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.498. 600/0001-71, por seu representante abaixo assinado; e, comparecendo, ainda, como INTERVENIENTE:

COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIOTRILHOS, sucessora da COMPANHIA DO METROPOLITANO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – METRO/RJ, doravante denominada INTERVENIENTE, sociedade de economia mista, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Av. N. S. de Copacabana, nº 493, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 33.890.294/0001-23, por seus representantes abaixo assinados;

têm entre si justo e acordado aditar o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 00.2.332.3.1, celebrado entre o BNDES e o BENEFICIÁRIO, por instrumento particular, em 16 de março de 2001. e alterado pelo seu Aditivo nº 1, por instrumento particular, em 21 de setembro de 2001. publicados no D.O.E em 22.03.2001 e 28.09.2001, respectivamente, adiante designado simplesmente CONTRATO, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante. para todos os fins e efeitos de Direito, mediante as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA

HISTÓRICO DO CONTRATO

Através do CONTRATO, o BNDES concedeu uma colaboração financeira em favor do BENEFICIÁRIO, no valor total de R\$222.823.210,00 (duzentos e vinte e dois milhões,

oitocentos e vinte e três mil e duzentos e dez reais), dividida em 3 (três) subcréditos, destinada à conclusão do Programa de Recuperação Operacional do transporte público metroviário, implantação do trecho Arcoverde – Siqueira Campos e da Estação Siqueira Campos e à realização de pesquisa origem e destino para a região metropolitana do Rio de Janeiro, incidindo, sobre o principal da dívida, juros de 5% (cinco por cento) ao ano (a título de 'spread'), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, sendo as parcelas mensais de amortização em número de 138 (cento e trinta e oito), com vencimento no período compreendido entre 15 de novembro de 2004 e 15 de abril de 2016. Em 21.09.01, o CONTRATO foi modificado, através do Aditivo nº 1, com o objetivo de alterar as condições suspensivas de utilização do crédito.

SEGUNDA

ADITAMENTO

O BNDES e o BENEFICIÁRIO resolvem alterar a Cláusula Primeira do CONTRATO para inserir dois subcréditos, a Cláusula Segunda e a Cláusula Décima Primeira para alterar o inciso I e para revogar os incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI e inserir duas novas obrigações, conforme abaixo:

"PRIMEIRA

NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO

O BNDES abre ao BENEFICIÁRIO, por este Contrato, um crédito no valor de R\$ 222.823.210,00 (duzentos e vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e três mil e duzentos e dez reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, destinado à conclusão do Programa de Recuperação Operacional do transporte público metroviário, implantação do trecho Arcoverde-Siqueira Campos e da estação Siqueira Campos e à realização de pesquisa origem e destino para a região metropolitana do Rio de Janeiro, dividido em 3 (três) subcréditos, com valor e destinação conforme abaixo:

.....
.....
IV - **Subcrédito "D"**: valor equivalente a 62,85% (sessenta e dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) do saldo remanescente de recursos não utilizados dos Subcréditos "A", "B" e "C" do CONTRATO, nesta data, destinado à conclusão do Programa de Recuperação Operacional do transporte público metroviário do Rio de Janeiro, conforme Quadro de Usos e Fontes do Projeto aprovado pelo BNDES; e

V - **Subcrédito "E"**: valor equivalente a 37,15% (trinta e sete inteiros e quinze centésimos por cento) do saldo remanescente de recursos não utilizados dos Subcréditos "A", "B" e "C" do CONTRATO, nesta data, destinado à realização de

obras civis e serviços referentes à implantação do transporte público metroviário no trecho Arcoverde – Siqueira Campos e da Estação Siqueira Campos, conforme Quadro de Usos e Fontes do Projeto aprovado pelo BNDES.

SEGUNDA

DISPONIBILIDADE DO CRÉDITO

O crédito será posto à disposição do BENEFICIÁRIO, parceladamente, mediante crédito em conta corrente do BENEFICIÁRIO, indicada no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, depois de cumpridas as condições suspensivas de utilização referidas na Cláusula Décima Primeira, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitada a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional, bem como às normas disciplinadoras de crédito aos órgãos e às entidades do setor público, emanadas das autoridades competentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O BENEFICIÁRIO indica, para receber as liberações do crédito, a sua conta corrente nº 7422-3, da agência nº 3497, do Banco BANERJ S.A.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor de cada parcela do crédito a ser colocada à disposição do BENEFICIÁRIO será calculado de acordo com o critério estabelecido na lei instituidora da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para a determinação dos saldos devedores dos financiamentos contratados pelo Sistema BNDES até 30 de novembro de 1994.

DÉCIMA PRIMEIRA

CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO

A utilização do crédito, além do cumprimento, no que couber, das condições previstas nos artigos 5º e 6º das “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES” retromencionadas, e das estabelecidas nas “NORMAS E INSTRUÇÕES DE ACOMPANHAMENTO”, a que se refere o artigo 2º das mesmas “DISPOSIÇÕES”, fica sujeita ao atendimento das seguintes:

I – Para utilização da primeira parcela do crédito:

- a) comprovação do recebimento, pela entidade destinatária, do documento previsto no parágrafo primeiro da Cláusula Sétima;
- b) comprovação da implantação da instalação provisória do 19º Batalhão da Polícia Militar, até então localizado na área do Terminal Siqueira Campos; e

- c) comprovação de terem sido realizados atos necessários para o efetivo controle e fiscalização do serviço de transporte público metroviário do Estado do Rio de Janeiro.

II - Para utilização de cada parcela de todos os Subcréditos:

- a) inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério do BNDES, possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES;
- b) apresentação, pelo BENEFICIÁRIO, de Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por meio da INTERNET, a ser extraída pelo BENEFICIÁRIO e verificada pelo BNDES no endereço www.mpas.gov.br;
- c) cumprimento da obrigação estabelecida no inciso VII da Cláusula Nona deste Contrato; e
- d) apresentação, pelo BENEFICIÁRIO, de Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por meio da INTERNET, a ser extraída pelo BENEFICIÁRIO e verificada pelo BNDES no endereço www.mpas.gov.br.

III - Para utilização da primeira parcela do Subcrédito "E":

- a) comprovação de ter sido efetuado o aporte específico de recursos, no valor mínimo de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), destinado ao pagamento de faturas atrasadas, referentes às medições da execução físico-financeira a partir de agosto de 2001, inclusive, do projeto financiado pelo BNDES; e
- b) apresentação de instrumento expedido pelos credores que comprove a regularização de multas, encargos e demais penalidades decorrentes dos atrasos das faturas mencionadas na alínea anterior.

IV - Para utilização de recursos do Subcrédito "E" em montante superior a 55% (cinquenta e cinco por cento) do seu valor total:

- a) comprovação de 15% da execução financeira dos itens referentes ao Programa de Recuperação Operacional; e
- b) comprovação da assinatura dos contratos compreendendo os itens referentes a equipamentos e sistemas necessários à implantação do Trecho Arcoverde - Siqueira Campos e da Estação Siqueira Campos, com apresentação da documentação pertinente."

TERCEIRA

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO BENEFICIÁRIO

Obriga-se o BENEFICIÁRIO a:

- I - cumprir, no que couber, até final liquidação da dívida decorrente deste Contrato, as **"DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES"**, aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16 de dezembro de 1991, pela Resolução nº 863, de 11 de março de 1996, pela Resolução nº 878, de 04 de setembro de 1996, pela Resolução nº 894, de 06 de março de 1997, pela Resolução nº 927, de 1º de abril de 1998 e pela Resolução nº 976, de 24 de setembro de 2001, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29 de dezembro de 1987, 27 de dezembro de 1991, 08 de abril de 1996, 24 de setembro de 1996, 19 de março de 1997, 15 de abril de 1998 e 31 de outubro de 2001, respectivamente, cujo exemplar é entregue, neste ato, ao BENEFICIÁRIO, o qual, após tomar conhecimento de todo o conteúdo do mesmo, declara aceitá-lo como parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos;
- II - efetuar e comprovar ao BNDES, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da assinatura deste instrumento, a publicação do extrato do presente Aditivo no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

QUARTA

AUTORIZAÇÃO

O BENEFICIÁRIO, por este instrumento e na melhor forma de direito, autoriza o BNDES a efetuar, à conta e débito do BENEFICIÁRIO, se e quando o BNDES julgar necessário, o pagamento direto das despesas relativas aos Subcréditos "D" e "E" retromencionados, aos fornecedores de equipamentos e serviços, mediante a apresentação da fatura ou nota de débito correspondente, devidamente visada pelo BENEFICIÁRIO.

QUINTA

RATIFICAÇÃO

São ratificados, neste ato, todos os termos, cláusulas e condições do CONTRATO, que não conflitem com o que se estabelece neste instrumento, mantidas as garantias ali convencionadas, não importando o presente em novação, sendo este Aditivo considerado como parte integrante do referido CONTRATO, como se ali transcrito fosse.

O BENEFICIÁRIO apresentou a Certidão Negativa de Débito – CND nº 048972001-17003030, expedida em 20 de junho de 2002, pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.


As folhas do presente instrumento são rubricadas por Mauricio Prado, advogado do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

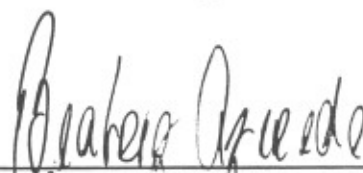
E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 3 (três) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 28 de Junho de 2002.

Pelo BNDES:




Eliezer da Carvalho Filho
Presidente



BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

BEATRIZ AZEREDO
DIRETORA

Pelo BENEFICIÁRIO:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO


INTERVENIENTE:




COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS

MARCELO DIAS

TESTEMUNHAS:


Nome: SANDRA PEREIRA PENABAZ
CPF: 311.514.269-68


Nome: DALVA TEIXEIRA BASTOS
CPF: 166654576-72

SISTEMA BNDES
Mauricio Prado
Advogado

ADITIVO Nº 3 AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 00.2.332.3.1, CELEBRADO ENTRE O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM INTERVENIÊNCIA DE TERCEIROS, NA FORMA ABAIXO.

O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, neste ato denominado simplesmente BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta cidade, na Avenida República do Chile n.º 100, inscrito no CNPJ sob o n.º 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados; e

o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, doravante denominado BENEFICIÁRIO, com sede administrativa na Rua Pinheiro Machado s/nº, Palácio Guanabara, Laranjeiras, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.498. 600/0001-71, por seu representante abaixo assinado; e, comparecendo, ainda, como INTERVENIENTE:

COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIOTRILHOS, sucessora da COMPANHIA DO METROPOLITANO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – METRO/RJ, doravante denominada INTERVENIENTE, sociedade de economia mista, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Av. N. S. de Copacabana, nº 493, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 33.890.294/0001-23, por seus representantes abaixo assinados:



Francislan Pereira de Souza
Advogado BND S

têm entre si justo e acordado aditar o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 00.2.332.3.1, celebrado entre o BNDES e o BENEFICIÁRIO, por instrumento particular, em 16 de março de 2001, publicado no D.O.E em 22.03.2001, e alterado pelos seus Aditivos nºs 1 e 2, por instrumentos particulares, em 21 de setembro de 2001 e 28 de junho de 2002, respectivamente, adiante designado simplesmente CONTRATO, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante, para todos os fins e efeitos de Direito, mediante as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA

HISTÓRICO DO CONTRATO

Através do CONTRATO, o BNDES concedeu uma colaboração financeira em favor do BENEFICIÁRIO, no valor total de R\$222.823.210,00 (duzentos e vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e três mil e duzentos e dez reais), dividida em 3 (três) subcréditos, destinada à conclusão do Programa de Recuperação Operacional do transporte público metroviário, implantação do trecho Arcoverde – Siqueira Campos e da Estação Siqueira Campos e à realização de pesquisa origem e destino para a região metropolitana do Rio de Janeiro, incidindo, sobre o principal da dívida, juros de 5% (cinco por cento) ao ano (a título de 'spread'), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, sendo as parcelas mensais de amortização em número de 138 (cento e trinta e oito), com vencimento no período compreendido entre 15 de novembro de 2004 e 15 de abril de 2016. Em 21.09.01, o CONTRATO foi modificado, através do Aditivo nº 1, com o objetivo de alterar as condições suspensivas de utilização do crédito. Já em 28 de junho de 2002, o Aditivo nº 2 criou os subcréditos "D" e "E".


Francislan Ferreira de Souza
Advogado BNDES

SEGUNDA

ADITAMENTO

O BNDES e o BENEFICIÁRIO resolvem alterar os valores dos subcréditos "D" e "E", passando a Cláusula Primeira do CONTRATO, a vigor com seguinte redação:

"PRIMEIRA

NATUREZA, VALOR E

FINALIDADE DO CONTRATO

O BNDES abre ao BENEFICIÁRIO, por este Contrato, um crédito no valor de R\$ 222.823.210,00 (duzentos e vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e três mil e duzentos e dez reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, destinado à conclusão do Programa de Recuperação Operacional do transporte público metroviário, implantação do trecho Arcoverde-Siqueira Campos e da estação Siqueira Campos e à realização de pesquisa origem e destino para a região metropolitana do Rio de Janeiro, dividido em 5 (cinco) subcréditos, com valor e destinação conforme abaixo:

IV - Subcrédito "D": R\$ 47.235.428,71 (quarenta e sete milhões, duzentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte e oito reais e setenta e hum centavos), na data-base de 28.06.02, destinado à conclusão do Programa de Recuperação Operacional do transporte público metroviário do Rio de Janeiro, conforme Quadro de Usos e Fontes do Projeto aprovado pelo BNDES; e


Franselton Ferreira de Souza
Advogado - BNDES

V - Subcrédito "E": R\$ 37.821.766,28 (trinta e sete milhões, oitocentos e vinte e hum mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos), na data-base de 28.06.02, destinado à realização de obras civis e serviços referentes à implantação do transporte público metroviário no trecho Arcoverde – Siqueira Campos e da Estação Siqueira Campos, conforme Quadro de Usos e Fontes do Projeto aprovado pelo BNDES."

TERCEIRA

RATIFICAÇÃO

São ratificados, neste ato, todos os termos, cláusulas e condições do CONTRATO, que não conflitem com o que se estabelece neste instrumento, mantidas as garantias ali convencionadas, não importando o presente em novação, sendo este Aditivo considerado como parte integrante do referido CONTRATO, como se ali transcrito fosse.

O BENEFICIÁRIO apresentou a Certidão Negativa de Débito – CND nº 016022002-17003040, expedida em 14 de novembro de 2002, pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

As folhas do presente instrumento são rubricadas por Franderian Ferreira de Souza, advogado do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 3 (três) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Folha de assinatura do Aditivo nº 3 ao Contrato nº 00.2.332.3.1

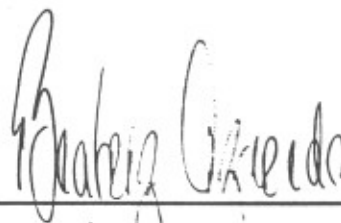
Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2002.

Pelo BNDES:



BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

ISAC ZAGURY
Vice-Presidente



BEATRIZ ALMEIDA
DIRETORA

Pelo BENEFICIÁRIO:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INTERVENIENTE:



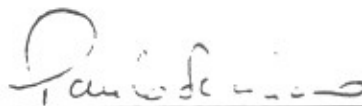
**COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO – RIOTRILHOS**

TESTEMUNHAS:



Nome: Paulo Roberto de O. Araújo

CPF: 302.434.447-53



Nome: Paulo Roberto de O. Araújo

CPF: 609.675.007/72

Anexo I ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 00.2.332.3.1

MINUTA

Ofício nº

Pelo Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 00.2.332.3.1, celebrado emde.....de..... 2001, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, empresa pública federal com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89 e o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.498. 600/0001-71, foram vinculadas ao BNDES, em garantia, parcelas ou quotas-partes do Fundo de Participação dos Estados - FPE, destinadas ao BENEFICIÁRIO, nos termos do disposto no art. 159, inciso I, letra "a" da Constituição Federal de 1988, bem como parcelas do produto da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI EXPORTAÇÃO, destinadas ao BENEFICIÁRIO nos termos do artigo 159, inciso II da Constituição Federal, ou de outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações financeiras decorrentes do referido contrato, devendo a retenção ser efetuada somente a partir da ocorrência de inadimplemento de obrigação financeira.

Tendo em vista a obrigação contratual assumida por este ESTADO, autorizo esse Banco a reter, observado o disposto no item seguinte deste expediente, à conta e ordem do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, parcelas ou quotas-partes do Fundo de Participação dos Estados - FPE, bem como parcelas do produto da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI EXPORTAÇÃO, conforme o caso, em montante suficiente para a amortização das obrigações financeiras resultantes do Contrato em apreço.

Caberá ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES informar a esse Banco a ocorrência do inadimplemento financeiro e o montante dos recursos a serem retidos, mediante aviso de débito, de forma a permitir, observadas as demais disposições contratuais, sumariadas adiante, a colocação dos recursos à disposição do credor, na conta nº DEGOV-32.0007.8, da Agência Governo, do Banco do Brasil S.A., na Cidade do Rio de Janeiro - RJ.



Adilson A. Lima Gomes
Advogado

Ilmo. Sr.
Dr.
M.D.
Banco do Brasil S.A.
Agência Governo



Adriana Diniz da Vasconcellos Guerra
Advogada

Anexo I ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 00.2.332.3.1

Sumário do Contrato:

I - Beneficiário: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

II - Valor do Crédito: R\$ 222.823.210,00 (duzentos e vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e três mil e duzentos e dez reais), dividido em três subcréditos:

a) Subcrédito A: R\$23.903.230,00 (vinte e três milhões, novecentos e três mil e duzentos e trinta reais),

b) Subcrédito B: R\$177.449.640,00 (cento e setenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e seiscentos e quarenta reais),

c) Subcrédito C: R\$21.470.340,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e setenta mil, e trezentos e quarenta reais),

III - Prazos:

a) Carência: 42 (quarenta e dois) meses

b) Amortização: em 138 (cento e trinta e oito) meses

IV - Juros: 5,0% (cinco por cento) ao ano, (a título de "spread"), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Solicitando os préstimos de V.Sa. para o cumprimento das obrigações contratuais a cargo deste ESTADO, renovo protestos de estima e consideração.


Paulo A. Lacerda Cardoso
Advogado

(assinatura)
GOVERNADOR

Ciente e De Acordo:

(assinatura)
BANCO DO BRASIL
Agência Governo


Adriana Diniz da Vasconcellos Guerra
-advogada




QUALIFICAÇÃO
DR. FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS

| | |
|-----------------------------|--|
| Presidente do BNDES: | NOMEAÇÃO: 23.02.2000 PUBLICAÇÃO DOU: 24.02.2000 - Seção 2 POSSE: 02/03/2000 |
|-----------------------------|--|

| | |
|----------------------|---|
| Nome: | Francisco Roberto André Gros |
| Filiação: | André Paul Adolphe Gros e Dulce M.M.Simões Corrêa Gros |
| Nascimento: | 21/04/1942 |
| Naturalidade: | Rio de Janeiro - RJ |
| Estado Civil: | Casado |
| Profissão: | Economista |
| Identidade: | 1.978.553-4, IFP/RJ expedida em 20/08/98 |
| CPF: | 038.644.137/53 |

FIRMAS

RIO DE JANEIRO:

21º Ofício de Notas - Travessa do Ouvidor, 21B
Tel: (21) 242-7478

23º Ofício de Notas - Av. Nilo Peçanha, 26/30º andar
Tel.: (21) 533-8503 Maria Cecília

SÃO PAULO:

21º Tabelionato de Notas - Rua Libero Badaró, 386/4º andar Centro - São Paulo
Tel: (11) 3115-1377

BRASÍLIA:

3º Ofício de Notas e Protestos de Títulos de Brasília - Setor Comercial Sul -
Quadra 8, Bloco B - 60 Lj 140 - D/1º Andar - Edifício Venâncio 2000.
Tel.: (61) 321-2212

Portaria nº 10 /2001

O Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 17, inciso XIII, do Estatuto Social do BNDES, aprovado pelo Decreto n.º 104, de 22.04.91, alterado por Decreto de 15.06.93, e pelos Decretos n.º 2.253, de 13.06.97, n.º 2.578, de 05.05.98, n.º 3.077, de 01.06.99, e n.º 3.738, de 30.01.2001,

RESOLVE:

Designar RÔMULO MARTINS DOS SANTOS, Superintendente da Área de Projetos de Infra-Estrutura, para substituir o Diretor Aluysio Antonio da Motta Asti, no período de 12 a 16.03.2001.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2001



FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS
Presidente

1.-